

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
Capítulo 1 – Estado Democrático de Direito: entre o Social e a Crise	9
1.1 Estado Democrático de Direito e a Sua Opção por uma Igualdade Material.....	9
1.2 Estado Social e Custos de Implementação	14
1.3 Deveríamos Falar em Estado Pós-Social?	22
Capítulo 2 – Interesse Público: Finalidade de Todas as Ações do Estado	25
2.1 É Possível Definir o Interesse Público?.....	25
2.2 Interesse Público em um Estado Democrático e Social de Direito	29
2.3 Falando sobre Interesses Públicos Primários e Secundários	33
2.4 Interesse Público e os Chamados Interesses Difusos, Supraindividuais ou Grupais	37
2.4.1 Um conceito de maior amplitude: os interesses sociais.....	42
Capítulo 3 – Boa Administração Pública: Pressuposto Fundamental para um Estado Democrático e Social Eficiente	47
3.1 Boa Administração e Gestão Pública Eficiente	47
3.2 A Boa Administração e Sua Vinculação ao Princípio da Eficiência	50
3.3 Sobre o Fenômeno da Constitucionalização do Direito Administrativo e da Boa Administração Pública	54
3.4 Seria a boa Administração Pública um direito fundamental?	60

3.5 Boa Governança e o Seu Contributo ao Conceito de Boa Administração.....	64
3.6 Boa Administração, Eficiência Administrativa e Custos Orçamentários: É Possível Conciliá-los?	67
3.6.1 Estado Social e crise econômica.....	74
Capítulo 4 – Conceitos Interligados à Boa Administração: Políticas Públicas, Discricionariedade Administrativa e Razoabilidade	79
4.1 Políticas Públicas Voltadas para a Concretização dos Direitos Fundamentais.....	79
4.2 Exercício da Discricionariedade Administrativa e Sua Relação com a Prática da Boa Administração Pública: um Meio para a Concretização Constitucional.....	85
4.3 Parâmetros para o Exercício da Discricionariedade Administrativa	89
4.4 Exercício da Discricionariedade Administrativa e Razoabilidade/Proporcionalidade.....	92
4.4.1 Do Princípio da Razoabilidade	93
4.4.2 Do Princípio da Proporcionalidade	96
4.4.2.1 Subprincípios da Proporcionalidade.....	98
4.4.2.1.1 Conformidade ou Adequação dos Meios (Geeignetheit)	98
4.4.2.1.2 Necessidade ou Exigibilidade (Erforderlichkeit)	99
4.4.2.1.3 Proporcionalidade em Sentido Estrito (Verhältnismässigkeit).....	99
4.4.3 Existe diferença entre Razoabilidade e Proporcionalidade?	100
Capítulo 5 – Do Controle Excepcional das Escolhas Governamentais em Nome da Boa Administração e dos Direitos Fundamentais	103
5.1 Sobre o Controle da Constitucionalidade das Opções Administrativas	103
5.2 A Importância do Diálogo Prévio.....	111
5.3 E Quanto ao Controle dos Chamados Atos Políticos?	114

5.3.1 Alguns conceitos doutrinários e jurisprudenciais para o ato político.....	114
5.3.2 O nosso conceito de ato político ou de governo	117
5.4 O Móvel Político e a Sua Suposta Exclusão do Controle Jurisdicional.....	121
5.4.1 O excepcional controle do ato político como corolário do direito fundamental de acesso ao valor justiça.....	122
Capítulo 6 – Princípio da Separação de Poderes e Controle da Administração Pública: uma Nova Hermenêutica a Respeito.....	135
6.1 Justificativa do Capítulo	135
6.2 Definição do Princípio da Separação de Poderes.....	136
6.2.1 Antecedentes.....	137
6.2.2 John Locke e o seu tratado sobre o governo civil.....	138
6.2.3 A separação de poderes em Montesquieu	139
6.3 Releitura da Ideia de Separação Tripartida de Poderes.....	141
6.4 Pela Prática Democrática da Coordenação Recíproca e Controlada entre os Poderes.....	143
6.4.1 Sobre a ausência de legitimidade popular no Poder Judiciário. Divinização do princípio majoritário	146
6.5 Separação de Poderes e Constitucionalismo Contemporâneo	153
Capítulo 7 – Variantes do Controle da Omissão Estatal na Concretização de Direitos Fundamentais.....	159
7.1 Reserva do Possível ou Reservar Tudo Aquilo que É Possível em Prol dos Direitos Fundamentais?	159
7.2 Sobre a Proibição da Insuficiência e o Mínimo Existencial.....	164
7.2.1 Mínimo existencial não é sinônimo de redução a padrões mínimos de sobrevivência.....	167
7.2.2 Mínimo existencial e custos orçamentários.....	170
7.3 O Dogma da Vedação ao Retrocesso Social.....	175
7.3.1 A vedação do retrocesso social não possui um caráter absoluto.....	179

7.4 A Chamada Omissão Administrativa Benéfica.....	181
Teses Conclusivas	185
Referências Bibliográficas	197
I Artigos Jurídicos, Aulas e Capítulos de Livros	197
II Jurisprudência	206
III Livros	210
IV Textos/Documentos da Internet e Material Jornalístico	222